



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

SUELI REGINA GOMES FONSECA

INCLUSÃO EM ESCOLA MUNICIPAL - CAMPINA GRANDE/PB

CAMPINA GRANDE

2017

SUELI REGINA GOMES FONSÊCA

INCLUSÃO EM ESCOLA MUNICIPAL - CAMPINA GRANDE/PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Profa. Dra. Hécia Macedo de Carvalho Diniz e Silva

CAMPINA GRANDE

2017

Catálogo na publicação
Universidade Federal da Paraíba
Biblioteca Setorial do CCEN

F676i Fonsêca, Sueli Regina Gomes.

Inclusão em escola municipal – Campina Grande/PB / Sueli Regina
Gomes Fonsêca. – João Pessoa: UFPB, 2017.
38f. ; il.

Orientadora: Hércia Macêdo de Carvalho Diniz e Silva
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia –
modalidade à distância) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de
Educação

1. Inclusão escolar. 2. Educação. 3. Desenvolvimento infantil.
I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37(043.2)

SUELI REGINA GOMES FONSÊCA

INCLUSÃO EM ESCOLA MUNICIPAL - CAMPINA GRANDE/PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em: ____/____/2017

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Hércia Macedo de Carvalho Diniz e Silva
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof. Dr. Roberto Wagner
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Profa. Dra. Sandra Cristina Morais de Souza
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

**Campina Grande
2017**

A minha mãe Anelita Gomes e ao meu pai Sueldo Gomes, pela educação, pelo carinho, amor e paciência incondicional e por sempre me ensinar a ser melhor.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, que tornou possível realizar esse trabalho e por sua presença constante em minha vida.

Ao meu marido, Geraldo Pereira da Fonseca, amigo e companheiro, que sempre me incentivou a prosseguir.

Às minhas irmãs, Adriana Cristina Gomes, Andréia Regina Gomes, Maria Aparecida Gomes, Monalisa Cristina Gomes e Andrêza Gomes, que foram fundamentais para que eu pudesse chegar ao término deste curso.

Aos amigos do polo de campina grande, companheiros dessa trajetória.

Aos professores do curso de graduação de Pedagogia/UFPB.

A minha orientadora, Profa. Dra. Hércia Macedo de Carvalho Diniz e Silva, pela contribuição, fundamental para esse trabalho.

Aos que contribuíram, direto ou indiretamente, para a realização desse trabalho.

Saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.
Paulo Freire (1921-1997)

RESUMO

A inclusão escolar é um dos fatores que ainda requer cuidados em relação a sua atuação no âmbito escolar, onde se faz necessário falar da sua importância pois ao falarmos acerca da inclusão educacional de forma geral e em particular em nosso município iremos abordar vários aspectos que estão envolvidos no desenvolvimento integral da criança como social, psicológico, afetivo, educacional e social. Avaliar a qualidade da educação em relação a inclusão escolar e como ela está sendo desenvolvida em sala de aula, além do papel e a qualificação do educador para atuar nesta modalidade de ensino. O estudo foi realizado em uma escola pública de Campina Grande, onde foi possível analisar a quantidade de professores, em especial os que atuam na turma com (AEE), de que forma o conteúdo é elaborado, qual formação acadêmica, quantos alunos possui, além de artigos e teses sobre o assunto abordado. Cada professor fica responsável apenas por um aluno em turnos diferentes que é disponibilizado pela prefeitura, os planos de aula são elaborados de acordo com a necessidade que cada um dos alunos precisa.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão escolar, educação, inclusão.

ABSTRACT

School inclusion is one of the factors that still requires care in relation to its performance in the school environment, where it is necessary to speak of its importance because when we talk about educational inclusion in general and in particular in our city, we will address several Aspects that are involved in the integral development of the child as social, psychological, affective, educational and social. To evaluate the quality of education in relation to school inclusion and how it is being developed in the classroom, besides the role and qualification of the educator to act in this modality of teaching. The study was carried out in a public school in Campina Grande, where it was possible to analyze the number of teachers, especially those working in the class with (AEE), in what form the content is elaborated, what academic training, how many students, As well as articles and theses on the subject. Each teacher is only responsible for a student in different shifts that is available by the city, Lesson plans are tailored to the needs each student needs.

KEY WORDS: School inclusion, education, inclusion.

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
ABSTRACT	9
1 INTRODUÇÃO	11
2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.....	13
3 POLÍTICA E LEGISLAÇÃO ACERCA DA INCLUSÃO	18
4 INCLUSÃO ESCOLAR.....	27
5 EDUCAÇÃO INFANTIL	34
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	35
7 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em tempos nos quais somos bombardeados diariamente com inúmeras informações, tudo ocorre com muita agilidade e nitidez e podemos ver tais transformações na sociedade no qual estamos inseridos, onde nos deparamos constantemente com um conhecimento diferente seja na área da saúde, da tecnologia ou na educação.

Progredimos em muitas áreas, mas ao depararmos com certas problemáticas inseridas na comunidade podemos ver o quanto necessitamos evoluir para que haja uma inclusão escolar de qualidade no nosso estado e município, pois surgem muitas indagações que ainda hoje procuramos uma resposta satisfatória.

De acordo com Ramalho (2012) a educação inclusiva é um paradigma educacional da contemporaneidade pautado na proposta de inserção de todos os alunos no sistema regular de ensino, inclusive aqueles que apresentam deficiência.

A busca pela compreensão da realidade em que a educação inclusiva está introduzida nas escolas e na política é algo que necessita de ser analisado, buscando descobrir a verdade sobre essa “nova” modalidade de educação em sua totalidade. (SILVA, 2017).

A proposta inclusiva vem de encontro aos paradigmas vivenciados na história da educação especial em nosso país, pois percebe e repudia as práticas excludentes seja em área escolar quanto social. Desse modo, a escola passa a introduzir técnicas e alternativas metodológicas que possibilitem ao indivíduo atendimento que respeite suas características formas/estilos de aprendizagem. Em outras palavras, a educação inclusiva “[...] avança em relação à ideia de igualdade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção de exclusão dentro e fora da escola” (BRASIL, 2008, p. 5).

Falar sobre inclusão escolar é falar de uma realidade que ainda requer muita persistência e concretização de direitos e deveres que o cidadão tem perante a sociedade, sua menção é de extrema importância pois ao falarmos acerca da inclusão educacional em nosso município iremos abordar vários aspectos que estão envolvidos no desenvolvimento integro da criança como social, psicológico, afetivo, educacional e social, que são fundamentais compreendermos para combatermos

conceitos arcaicos que foram gerados pela sociedade no decorrer dos anos deixando um legado rustico e preconceituoso.

Fala-se tanto em inclusão, mas qual é o seu conceito? Qual sua importância na sociedade, na educação e na política?

Inclusão é ato ou efeito de incluir, como também toda atitude, política ou tendência que pretende integrar as pessoas dentro da sociedade através de seus talentos e que, por sua vez, sejam correspondidos com seus benefícios que a sociedade possa oferecer, também é a capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. “Estar junto é se aglomerar com pessoas que não conhecemos. Inclusão é estar com, e interagir com o outro”, afirma Ègler Mantoan (2003, p.17).

A importância da inclusão na sociedade é, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade, através de transformações pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços interno e externo, equipamentos, aparelho e utensílio, mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto do próprio portador de necessidades especiais. (SASSAKI, 1997, p.42).

Nesse contexto, o objetivo desse estudo é avaliar a qualidade da educação e como o processo de inclusão está sendo desenvolvido em uma escola da rede pública da cidade de Campina Grande/PB.

Abordaremos:

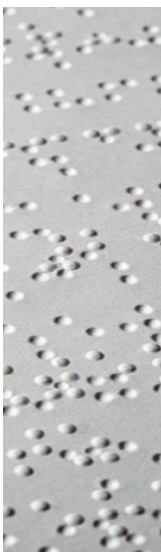
- ✓ O histórico da educação especial no Brasil, como se iniciou-se todo esse processo de inclusão, quais as primeiras instituições educacionais no Brasil a receberem esses alunos e as leis concretizadas em favor da inclusão.
- ✓ As políticas e legislação acerca da inclusão, onde mostra a trajetória da história brasileira das políticas voltadas para a inclusão, quais leis foram sancionadas, o papel do professor e da família diante desse novo paradigma.
- ✓ A inclusão escolar e como surgiu a Declaração dos Direitos Humanos e quais benefícios trouxeram para a inclusão e as construções das escolas inclusivas.

- ✓ A educação infantil e inclusão escolar, a importância de exercitarem a inclusão desde da educação infantil, como também o princípio da inclusão e os cuidados com a infância e como a LDBN contribuiu para o desenvolvimento da educação.

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Durante toda a história da educação podemos perceber de forma clara como as crianças com necessidades especiais eram vistas na sociedade, sendo ignoradas e rotuladas como fora do padrão social, trazendo consigo um fardo desigual no qual ultrapassava os seus limites. Segundo Moussatche (1997) nas sociedades primitivas os deficientes eram condenados á morte.

Vemos que durante toda essa trajetória da educação de pessoas com deficiência um quadro de exclusão total, onde essas pessoas eram institucionalizadas e habitavam distante do convívio social geral, passando por épocas em que eram separados das escolas ou classes especiais constituídas de acordo com as características de suas deficiências, compreendendo que sua participação em ambientes comuns seria razoável mediante a uma ação de normatização, até o período atual que antevê os direitos e igualdades educacionais.



Educação Inclusiva

Educação Inclusiva não é uma moda passageira, é a garantia de um mínimo de direitos a quem mais do que classe social, gênero ou cor de pele, sempre ficaram em uma posição de ostracismo.

Ela é fruto de um contexto histórico que resgata a Educação como lugar do exercício da cidadania.

Fonte: google. :<http://slideplayer.com.br/slide/1754430/>

A prática da educação inclusiva requer cuidados, pois ela é algo conquistado através de muitas renúncias e exclusão, havendo a necessidade de sempre estar atualizado, buscando cumprir o que as diretrizes relata para a construção social.

A escola e a classe especial designadas a educação do deficiente apresentava como finalidade a normatização do sujeito de maneira que pudesse se assemelhar o máximo possível com as pessoas normais, para que então pudessem serem integrados ao convívio comum, nesse sentido a escola comum. Essa finalidade, além de negar a condição de diferença e constituir parâmetros homogêneos de desenvolvimento, como se isso fosse aceitável, descaracterizando o papel da escola. (UREL, 2011).

A educação especial passou por vários estágios, nas quais foram presenciadas em épocas diferentes, mas sempre com a finalidade de que os seus direitos fossem reconhecidos na sociedade.

Iremos abordar várias etapas que a educação especial passou desde do início da civilização até a atualidade, e quais conquistas foram alcançadas durante toda essa trajetória.

No Brasil, o atendimento aos indivíduos com deficiência se reflexionou em 1854, na instituição por parte de D. Pedro II do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje em dia Instituto Benjamim Constant – IBC, através do Decreto Imperial nº 1,428, e do Instituto dos Surdos, atual INES, em 1857, ambos no Rio de Janeiro, e em 1926 foi criado o Instituto Pestalozzi especializados no acolhimento às pessoas com deficiência mental, em 1954 é constituída a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, e em 1954 é instituído o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superlotação na sociedade Pestalozzi, (MEC, SEESP, 2007, p.2).

Período de 1854 a 1956
Atendimento escolar dos
portadores de deficiência foi
concretizado:



1. D. Pedro II, funda o “Imperial Instituto dos meninos Cegos” – Rio de Janeiro (12/09/1854)

* José Álvares de Azevedo

* Dr. Xavier Sigaud

* Conselheiro Couto Ferraz

Decreto nº 408 de 1890 – mudança do nome para Instituto Nacional dos Cegos.

Decreto nº 1320 de 1891 – mudou para Instituto Benjamim Constant. (IBC)

Fonte: google. Arquivado no curso de Educação Física na UNINORTE.

No Brasil, o período de 1854 a 1956 foi caracterizado por iniciativa oficiais e particulares isoladas. Houve a criação do Instituto Benjamim Constant pelo imperador, onde fundou o Instituto de Surdos Mudos (atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES). Esse instituto passou a atender pessoas surdas de todo o país, a maioria abandonada pelos familiares.

Outros registos despontam ações voltadas para a educação das pessoas com deficiência, já na metade do século XX quando já havia cinquenta e quatro estabelecimentos para a educação regular e onze instituições especializadas.

Em 1973 o MEC institui o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerencia da Educação Especial no Brasil.

“Num mundo como o atual, de tão rápidas transformações e de tão difíceis contradições, estar formado para a vida significa mais do que reproduzir dados, determinar classificações ou identificar símbolos. Significa: saber se informar, comunicar-se, argumentar, compreender e agir; enfrentar problemas de diferentes naturezas; participar socialmente, de forma prática e solidária; ser capaz de elaborar críticas ou propostas; e, especialmente, adquirir uma atitude de permanente aprendizado (MEC, 2001, p.9)”.

Durante esse momento, não se concretiza uma política pública de acesso universal á educação, continuando a percepção de políticas especiais para abordar sobre a educação de alunos com deficiência (MENEZES; DECHICHI, 2010).

No Brasil durante a década de 50, não falava em educação especial. Em 1970, começou a contestar sobre a educação especial, sendo alvo de apreensão por parte dos governos, pois seria necessário criações de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais. Só se tem socialização através da educação, pois é ela que vai dar condições de uma pessoa viver com qualidade na sociedade intermediando a integração do indivíduo com o meio.

A Declaração de Salamanca de 1994, publicada na Espanha em 1994, proclamando as necessidades dos sistemas educacionais a desenvolverem programas que atendam às necessidades da diversidade dos alunos, tem como marco o início da trajetória para a educação inclusiva. A educação inclusiva foi conquistada através de muitas lutas, organizações e leis que favoreceram os deficientes, ganhando assim forças a educação inclusiva. (ROGOLSKI, 2010).

▶ **1994 – Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais – Conferência Mundial da UNESCO:**

- ▶ reflete um consenso mundial sobre os futuros rumos dos serviços de educação especial;
- ▶ referência básica de toda discussão sobre educação inclusiva.

“ O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem.” (§7, p. 11)



O princípio constitucional desta linha de Ação é que as escolas necessitam acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou de outras. Devem atender crianças com deficiência e crianças bem-dotadas, criança que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizadas, ainda relata em seu documento oficial que:

- ✓ Todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito básico á educação e que a elas devem ser dadas a oportunidade de adquirir e manter uma condição aceitável de conhecimentos:
- ✓ Cada criança tem particularidades, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem e que lhe são próprias;
- ✓ Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de maneira que tenham em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades. (1994, p. 17-18).

Na década de 70 inicia-se uma nova fase na educação onde as escolas começam a aceitar crianças que possuíam algum tipo de necessidade especial, bastando-lhe adequar-se aos métodos educacionais da instituição, educando-as até o alcance de sua capacidade, também integrando-as em escolas o mais perto possível daquelas oferecidas a pessoas normais, passando então assim a existir uma trajetória de integração com o entendimento de normatização, onde expressa que os deficientes possuem direitos igualitários na sociedade onde está inserido, com a institucionalização da educação especial, em planejamento de políticas públicas com a criação do Centro Nacional Especial (CENESP) em 1973.

Sassaki (2002) relata que no início da década de 70, o movimento de integração social passou ser a polêmica, quando então se planejava a inclusão do deficiente na sociedade de uma forma geral.

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

- Em 1986 é criada a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;
- Em 1988 a Constituição Federal Brasileira assegurou que a educação de pessoas com deficiência deveria ocorrer, preferencialmente na rede regular de ensino e garantiu ainda o direito ao atendimento educacional especializado.
- De acordo com Sasaki (2002), no início da década de 70, o movimento de integração social passou a ser a discussão, quando então se intentava a inserção do deficiente na sociedade de uma forma geral.
- Em meados da década de 90, no Brasil, começaram as discussões em torno do novo modelo de atendimento escolar denominado inclusão escolar. Esse novo paradigma surge como uma reação contrária ao processo de integração, e sua efetivação prática tem gerado muitas controvérsias e discussões. (MIRANDA, 2003)
- E em 1990 a Secretaria Nacional de Educação Básica assume a responsabilidade na implementação da política de educação especial (MENDES, 2001).

Fonte: Google. <http://slideplayer.com.br/slide/384975/>

A educação especial no Brasil durante a década de 70 iniciou-se com o movimento de integração, onde o reconhecimento da normatização promulgava ao deficiente condições similares, oferecidas pela sociedade em que vive, passando assim a surgirem as primeiras escolas especiais.

A política educacional brasileira na década de 80 apresentou-se com intuito da democratização mediante a ampliação do ensino com a chance de acesso das minorias á escola pública, onde houve muitas lutas sociais, com representações dos movimentos da luta pelo direito dos deficientes, já na década de 90, no Brasil inicia-se os debates em relação a um novo padrão de atendimento escolar designado de inclusão escolar (MIRANDA, 2004).

Políticas e Legislações acerca da Inclusão no Brasil

Percebemos que no decorrer de toda a história das políticas voltadas para inclusão escolar foram transcritas leis que garantem o direito da criança, isto é, todas, tanto a que possuem algum tipo de deficiência ou não, pois estão garantidas pelo estado no qual é direito de oferecer educação e várias leis foram estabelecidas para que todo esse processo pudesse ocorrer com êxito, dentre elas estão:

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também chamado de estatuto da pessoa com deficiência (n.º 13.146 de 6 de julho de 2015), afirma a autonomia e a capacidade desses cidadãos para exercerem atos da vida civil em pessoas, onde é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Estatuto da Pessoa com Deficiência

*Lei Brasileira de Inclusão
Nº 13.146, de 6 de julho de 2015*

Fonte: Google. <https://psicologiaacessivel>.

A LBI foi aprovada quinze anos após sua tramitação, aprovada no dia 6 de julho de 2015, sendo um instrumento de emancipação civil e social dessa parcela da sociedade, onde concretiza as leis existentes e avança nos princípios da cidadania.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é também uma lei federal (8.069 proclamada em 13 de julho de 1990) que relata sobre os direitos das crianças e dos adolescentes em todo o Brasil, onde dispõe de leis que garantem proteção integral as crianças e os adolescentes, como também gozarem de todos os direitos de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata essa lei, garantindo-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

A Lei e Diretrizes e Bases da Educação (LDBN) nº 9.394/96 em 20 de dezembro de 1996 é a legislação que regulamenta o sistema educacional, sendo ele público ou privado do Brasil, esta lei disciplina a educação escolar que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias para a educação, também assegura proteção integral a criança, oferecendo-lhe uma educação de qualidade, onde os professores estejam aptos, com recursos apropriados, onde possam abranger e atender para a diversidade dos alunos, com serviços de apoio especializado.



Lei nº 9.394 de 1996 (Lei das Diretrizes da Educação)

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

www.autismoerealidade.org

Fonte: Google: <http://slideplayer.com.br/slide/43171/>

A LDN vem promulgar nitidamente o que a proposta da educação inclusiva propõe em relação a todos os portadores de necessidades educacionais especiais, que sejam matriculados em turma regular, fundamentada no princípio de educação para todos.

É fundamental compreender e avaliar quais mudanças serão necessárias para que a inclusão escolar seja um direito de cada cidadão desde dos anos iniciais e como lidar com situações que acontecem no cotidiano e como a família pode contribuir para que a sua cidade e município estejam atentos a qualidade da educação, observando como todo esse processo está sendo desenvolvido na escola, pois não basta apenas a criança está matriculada, ou que frequentando a escola, é necessário um acompanhamento, uma interação entre pai, aluno e professor, procurando sempre o meio mais viável para tudo isso ocorra em função de um bem em comum que é uma inclusão escolar de qualidade para as crianças.



Fonte: Google. <http://slideplayer.com.br/slide/43171/>

Para que a inclusão seja efetivada de maneira eficaz é necessário que todos se envolvam.

O enfoque pedagógico inclusivo é de que o conhecimento é estabelecido pelo indivíduo, e a aprendizagem é um método com um processo e ritmo diversificado, produzido pela qualidade da interação, do nível de participação e problematização das ocasiões de vivenciar experiências, construir significados, organizar e partilhar informações em grupo, sendo assim a escola, o professor e a família têm a papel decisivo na mediação sociocultural para que o aluno prossiga no processo de desenvolvimento, aprendizagem e na formação humana por meio de circunstâncias desafiadoras para o desenvolvimento positivo da autoimagem independência e autonomia (Ministério da Educação, 2006).

A participação da família em relação a inclusão é fundamental e necessária, pois através do diálogo, das trocas de informações e experiências vividas muitas dúvidas poderão ser solucionadas, abrindo assim uma nova concepção sobre o assunto relatado.

Segundo Kaloustian (1988), a família tem um duplo empenho no contexto educacional da criança: a função socializadora, quando transmite e condiciona a herança cultural e social da criança, e a função social: quando proporciona a conquista de diferentes status, como étnico, nacional, religioso e etc. A família prepara a criança com conhecimentos sociais, crenças e valores, inclui nelas o fundamento necessário para que as práticas sistematizadas nas instituições escolares possam serem apreendidas e terem valor real para a criança.

A educação inclusiva não pode significar, portanto, como levemente vem acontecendo em alguns sistemas escolares, da descontinuidade dos serviços de Educação Especial. Muito pelo contrário, de certa forma, esses serviços são até mais ampliados na medida em que esta deixa de ser uma modalidade paralela, tornando-se um elemento integrante e integrador presente no cotidiano de todas as escolas (GLAT, 2007, P. 187).

Em Campina Grande (PB) através de uma breve pesquisa analisamos algumas escolas que oferecem inclusão educacional, onde a criança que possua alguma necessidade especial terá garantido pela lei uma educação no qual possa suprir suas necessidades de forma íntegra, onde um cuidador irá auxiliar o aluno com limitações de comunicação, de orientação, de compreensão, de mobilidade de locomoção ou de outras limitações de ordem motora em seus cuidados de vida diária e de vida prática, ajudando-o na realização de atividades cotidianas que não consegue realizar sozinho (ir ao banheiro, alimentação, troca de roupa e /ou fraldas e higiene pessoal), tanto em sala de aula como nas atividades extraclases.

Houveram muitos progressos no que diz respeito a educação inclusiva, mas estamos ausentes ainda da realidade em nosso município e país, sendo fundamental uma reorganização nos sistemas educacionais de maneira que garantam não só o ingresso, mas também a permanência e condições de aprendizagens aqueles que necessitem.

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2001).

Em 1972, expedido pela Portaria de 25 de maio, foi instituído pelo ministro um Grupo-Tarefa de Educação Especial.

Em 1986, com o Decreto nº 93613 de 21 de novembro, o CENESP foi transformado na Secretaria de Educação Especial – SESPE, e posteriormente foi extinta. Nesse mesmo ano foi criada também a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE.

Fonte: Google.

Como se dá a inclusão escolar nas escolas municipais de Campina Grande?

Como o município tem se preparado para acolher essas crianças portadoras com necessidades especiais nas escolas?

A escola tem um papel essencial que é o de acolher todas as crianças, seja qual for suas condições físicas, intelectuais, sociais, promovendo a inclusão.

Goffredo relata que diante desse novo modelo educativo, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade, deste modo mantendo as suas portas abertas às pessoas com necessidades especiais (1999, p,31).

Diante deste paradigma vemos que há uma deficiência nas escolas para atuar com crianças com necessidades especiais, faltando-lhes muitas vezes o conhecimento necessário, a qualificação profissional e a estrutura adequada das instituições para a inserção desses alunos em sala de aula.

Inclusão, não significa simplesmente matricular Todos os educandos com Necessidades Educacionais Especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário a sua ação pedagógica.

Implica, construir um espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita como desejada. (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001: p.40)



Fonte: Google imagens.

A Resolução CNE/CEB Nº 2 determina o que as escolas de rede regular de ensino precisam fazer para oferecer a inclusão:

No Artigo 8 relata que:

As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

I – professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos;

II – distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados, de modo que essas classes se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade.

III – flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias e ensino e recursos didáticos diferenciados e processo de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória;

VI condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica [...];
VII – sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula, trabalho de equipe na escola e constituição de redes de apoio, com a participação da família no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade.

Mudar é preciso, mas além da mudança é fundamental que o sistema educacional, o educador e as políticas públicas estejam comprometido para que todo esse processo ocorra de maneira concreta e eficaz, buscando manter um padrão de qualidade na educação.

**O PROCESSO INCLUSIVO NA ESCOLA
REGULAR**

Em uma escola pública em contexto de inclusão escolar, constatamos que o tipo de convivência estabelecida na classe independe da presença de alunos com deficiência, bem como, as dificuldades de inserção não estão relacionadas à deficiência, mas a forma como a criança é educada.



Figueiredo (2008, p.35)

Fonte: Google.

A escola regular deve oferecer vagas e matricular todos os alunos, assegurando uma educação de qualidade, valorizando as diferenças, organizando se para um atendimento com igualdade aos alunos com necessidades especiais, assegurando-lhes condições necessárias para a sua permanência e aprendizagem, construindo princípios de inclusão de modo que atendam as indigências de cada criança, onde os educadores alcancem acompanhar o desenvolvimento dos alunos e sua evolução.

INCLUSÃO ESCOLAR: Direitos assegurados

A Declaração dos Direitos Humanos (1948) provém garantir o direito de todos à educação pública gratuita. Tais concepções só foram possíveis através do movimento mundial de integração de pessoas com deficiência, onde resguardavam-se oportunidades educacionais e sociais para todos, colaborando grandemente para o surgimento dos serviços de educação especial e classes especiais em escolas públicas no Brasil. Nasce então dessa maneira, uma política nacional de educação assegurada na Lei Nº 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN), com a consignação de integrar, no sistema geral de ensino, a educação de excepcionais, como eram chamadas na época as pessoas com deficiências.

A educação de crianças com deficiência na escola comum recebeu força com o movimento nacional de defesa dos direitos das pessoas com deficiências, que pregava a passagem do modelo educacional nascido para a integração de pessoas com deficiência na escola, no trabalho e na comunidade, tendo em visto a igualdade e justiça social.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados **sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (grifo nosso)**

Sassaki (1997) relata a respeito de inclusão o processo pelo qual a sociedade se acomoda para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, indivíduos com necessidades especiais sendo estas, respectivamente, se preparam para adquirir seus papéis na sociedade. Sendo assim a pessoa com necessidades especiais deve demonstrar na sociedade, caminho propício para o seu desenvolvimento através de sua educação e qualificação no trabalho (VITTA, 2011) pode-se dizer em relação a isso que:

“A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade, através de transformações pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelho e utensílio, mobiliário, e meios de transportes) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto ao próprio portador de necessidades especiais. (SASSAKI, 1997, p.42)”.

A construção da escola inclusiva desde a educação infantil implica em pensar em seus espaços, tempos, profissionais, recursos pedagógicos etc. voltados para a possibilidade ingresso, permanência e desenvolvimento completo também de alunos com deficiências, alunos esses que, em equidade de suas particularidades, apresentam necessidades educacionais que são especiais, onde o maior desafio esteja na prática pedagógica. Apesar de todos os aspectos relatados sejam essências e estejam acoplados uns aos outros, a atuação pedagógica direcionada e intencional contribuirá extremamente para a inclusão em seu sentido pleno (CARNEIRO,2012).

A ESCOLA INCLUSIVA REQUER

- Sistema de colaboração e cooperação nas relações sociais, formando uma rede de auto-ajuda na escola;
- Estabelecimento de uma infra-estrutura de serviços;
- Parceria com os pais;
- Ambientes educacionais flexíveis;
- Estratégias educativas com base em pesquisas;
- Facilitação do acesso físico dos portadores de deficiência;
- Condições adequadas de trabalho para a equipe técnica dedicada ao projeto de inclusão;
- Assistência às escolas para obter os recursos necessários à implementação do projeto;
- Auxílio na criação de novas formas de estruturação do processo de ensino-aprendizagem, direcionadas às necessidades dos alunos;

55

Fonte: Google. construção+da+escola+inclusiva-

A escola inclusiva assegura uma qualidade de ensino a cada um dos alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades, estando atento as dificuldades de seus alunos, de seus processos de aprendizagens, além do seu desenvolvimento tanto social, como o individual.

A construção da escola inclusiva desde da educação infantil requer pensar nos espaços, recursos pedagógicos, voltados para a possibilidade de ingresso, permanência e desenvolvimento integral também dos alunos com deficiência, alunos esses que em benefício de suas particularidades apresentam necessidades educacionais que são especiais, no qual o processo pedagógico direcionada e intencional contribuirá em seu sentido pleno para a inclusão (CARNEIRO,2012).

Educação Infantil e inclusão escolar

É de extrema importância que a inclusão escolar seja desde a educação infantil, pois é na escola que haverá esse espaço para a interação e socialização, promovendo oportunidades igualitárias a todos, e não apenas a um grupo isolado.

O princípio da inclusão está em acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Essas escolas precisam incluir crianças com deficiência e as superdotadas, meninos e meninas de rua, crianças trabalhadoras, de origens longínquas ou de populações nômades, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou à margem da sociedade. Tais condições originam uma variação de diferentes desafios aos sistemas educacionais (UNESCO, 1994, p.x).

Apesar de falarem tanto em inclusão escolar, conhecer e compreender os direitos que lhe são garantidos por lei percebemos que há uma deficiência em relação a realidade escolar, onde a maioria das escolas encontram-se despreparadas fisicamente e profissionalmente para atuar com pessoas que possuam necessidades especiais, pois a efetuação da matrícula não a garantia que a escola terá condições para desenvolver um ensino dentro das necessidades dos alunos, garantindo o seu desenvolvimento de forma íntegra, promovendo uma educação de qualidade.

Analisar e compreender tais situações que estão em evidência no meio educacional, as condições das escolas, a capacitação dos profissionais da educação é algo que requer uma atenção maior, uma compreensão mais vasta da nossa realidade educacional.

A lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou 26 anos e em seu artigo 54 relata que o portador com deficiência tem acolhimento educacional especializado preferencialmente na organização regular de ensino.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

Lei nº 8.069, de julho de 1990

- Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.
- Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

fonte: Google. <https://www.google.com.br/search?q=eca+imagens&espv>

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi um grande marco na história, pois ela é um conjunto de normas do ordenamento jurídico brasileiro que tem como objetivo a proteção integral da criança e do adolescente, aplicando medidas e expedindo encaminhamentos para o juiz. É o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

No artigo 3º do ECA relata que:

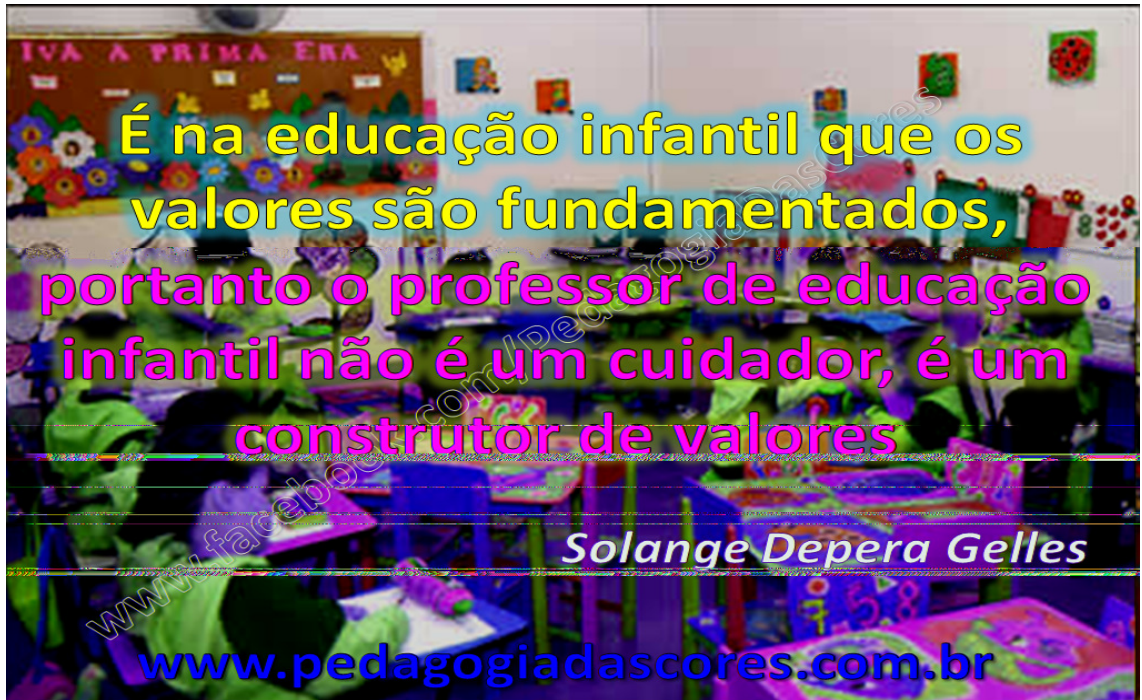
A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que se trata esta lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de facilitar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual, social, em condições de liberdade e dignidade.

A criança desde do início da civilização era vista sob um olhar errôneo e isso perdurou por anos, trazendo grandes consequências em relação ao seu

desenvolvimento, ora eram vista como seres sem concepção alguma, ora como seres que necessitavam de cuidados especiais com auxílio de um adulto, e aquelas que nasciam com algum tipo de deficiência física além de não terem direito de serem participantes do meio social, familiar, escolar eram excluídas de tudo e de todos, até mesmo do direito à vida, mas com o decorrer dos anos essa concepção foi sendo abolida, a criança passam a ser vista como parte integrante e fundamental da sociedade, possuindo seus direitos garantidos pela constituição desempenhando o direito igualitário á todos.

De acordo com o tema abordado é necessário analisar na prática a que realmente o sistema de ensino junto as secretarias da educação estão fazendo para facilitar o acesso das pessoas portadoras de necessidades especiais nos ambientes escolares, e o que estão fazendo também para garantir a permanência destes nas referidas instituições.

A educação e os cuidados na infância são amplamente reconhecidos como fatores principais do desenvolvimento integro da criança, o que põe para os sistemas de ensino o desafio de instituir projetos pedagógicos que facilitem a inclusão de todas as crianças. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estimulou o desenvolvimento da educação e o compromisso com uma qualidade, introduzindo um capítulo explicito que instrui para o atendimento ás necessidades especiais dos alunos, que deve ter início na educação infantil (Ministério da educação, 2006.)



Fonte: Google. pedagogia-da-educacao-inclusiva

A educação infantil é o início da criança na sociedade, onde ela terá oportunidades de estabelecer suposições e aprendizagens o meio onde estar inserida, além de se deparar a heterogeneidade concedendo-lhes assim um desenvolvimento integro na sua formação, melhorias na aprendizagem e na socialização.

Em algumas escolas são disponibilizadas salas de atendimento especializado, com profissionais capacitados buscando sempre desenvolver condições melhores para atuar com os alunos. Segundo (BRASIL 2001) relata que:

“As redes de ensino (federais, estaduais e municipais) devem matricular todos os alunos nas escolas regulares (p.8), as quais a partir de agora passam a ser responsáveis pela organização do atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001, p8)”.

O município de Campina Grande, representado neste caso pela Secretaria Municipal da Educação, já vem a alguns anos atendendo com atenção esta clientela. Todas as escolas e creches do município tem por obrigação dispor de vagas e efetuar a matrícula de todos assim sendo necessário.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi elaborado utilizando pesquisas bibliográficas, descritivas e, fontes de livros e artigos para entendermos com êxito as problemáticas relacionada sobre o assunto em questão.

Aborda-se de um estudo de natureza descritiva e abordagens bibliográficas, realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental, na cidade de Campina Grande/PB. A pesquisa realizada de forma acessível e elucidada em consideração aos aspectos éticos com sujeitos humanos.

Inicialmente a instituição escolar mencionada é constituída por 26 professores, abrangendo os professores da educação infantil (Pré-escola), ensino fundamental I (1ª a 4ª série) e ensino fundamental II (5ª a 8ª série), na idade entre 27 a 66 ano, onde a maior parte pertence ao sexo feminino, apresentando nível superior completo isto se deve a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1966), que determina a formação de docentes em nível superior para atuar na Educação Básica.

Contudo, de acordo com o critério de inclusão, participam 5 professoras, onde 4 possuem o nível superior de pedagogia e uma o nível superior pedagógico e libras.

O plano de aula é realizado separadamente pois é efetivado conforme a necessidade e desenvolvimento de cada aluno, onde uma professora é responsável por um aluno em turnos diferentes, dando a assistência necessária durante todo o turno, além de haver o diálogo entre pai e aluno, buscando sempre o meio mais viável para o desenvolvimento do aluno.

A LDB (Lei e Diretrizes e Bases) de 1996 no artigo 59, inciso III, relata que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos com necessidades especiais, direcionando-os a uma diretriz para a formação dos professores, com capacitação desses educando nas classes comuns (BRASIL,1996).

5 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A apresentação para a análise e documentos dos dados coletados foram recolhidos através de uma breve pesquisa, onde abrangemos a instituição de forma geral, cujos os procedimentos de coleta de dados foram realizados por uma pesquisa bibliográfica onde seus objetivos é desvendar, recolher e analisar informações e conhecimentos prévios sobre um determinado tema, assunto, ideia usando para esta finalidade livros de referência, documentos Legais do Ministério da Educação - MEC e visitas ao site.

Segundo Gil (2008) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Os dados coletados foram organizados com a auxílio do programa Microsoft Word 2013.

O resultado da pesquisa bibliográfica e descritiva, desenvolvida durante este trabalho, foi possível obter uma visão do momento atual, onde é necessário progresso, além da atuação das políticas públicas para a solução dos problemas em torno do processo da educação especial.

A instituição é composta por 23 professores, com idade variando entre 27 a 66 anos. Com relação ao nível de escolaridade, a maioria dos docentes apresentam apenas graduação (56,5%).

Os professores que participam da classe EE, são apenas cinco, no qual são todo(as) do sexo feminino, apresentando nível superior completo, possuindo apenas um aluno por turno e terma. A implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), que determina a formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica.

É de fundamental importância que sejam criadas discussões sobre inclusão escolar, promovendo evoluir para a operacionalização de programas que possibilitem e viabilize as propostas pedagógicas, baseada nas constituições, promovendo assim uma educação de qualidade para os alunos que possuem necessidade especial, além da participação de pais e professores em favor da inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho percebemos que há alguns fatores que colaboram em determinadas situações para uma aprendizagem deficiente em relação ao ensino escolar, tornando-se possível enxergarmos a realidade do ensino nas instituições escolares.

Houve um progresso significativo durante o decorrer dos anos, mas a inclusão escolar no sistema regular de ensino ainda é algo preocupante, pois é necessário um aperfeiçoamento mais direcionado a inclusão, promovendo oportunidades de socialização.

Para que as crianças com necessidades educacionais especiais possam participar com êxito desse programa em creches e pré-escolas é necessários professores comprometidos na interação, acolhida e escuta dessas crianças, interessados em compreender suas necessidades e desejos, e disponíveis para explicar suas maneiras de expressão e comunicação, onde muitas vezes são diferentes daquelas das demais crianças da mesma faixa etária. E principalmente, é indispensável que os professores almejem querer ajudar as crianças a crescer e conhecer o mundo. (Ministério da educação, 2006).

Há uma grande carência acerca da estrutura escolar, além da falta de capacitação profissional, dos recursos didáticos pedagógicos onde na maioria das vezes não são satisfatórios e apropriados para os alunos que possuem necessidades especiais, é preciso uma nova posição da escola regular, onde priorize a diversidade, além do Projeto Político Pedagógico onde unifique ações que contribuam para a inclusão e que as práticas educativas diferenciadas atendam a todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Política pública de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. MEC, 2008.

BRASIL. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. MEC SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação Lei 9394, de 23 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, p. 24, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Educação Infantil. Saberes e Prática da Inclusão. Brasília, 2006.

CNE/CEB n.º: 2. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2.pdf>. Acesso em 06 de julho de 2017.

CARNEIRO, R. U. C. Educação inclusiva na educação infantil. Dossiê temático: Infância e Escolarização. **Práxis Educacional**. Vitória da Conquista. v. 8, n. 12 p. 81-95 jan./jun. 2012

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D.; FONTES, R. S. **O papel da educação especial no processo de inclusão escolar**: a experiência da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro. 2006, p. 1-12. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/29portal.htm>>. Acesso em: 20 junho. 2017.

GOFFREDO, V. L. F. S. **Educação: Direito de Todos os Brasileiros**. In: Salto para o futuro: Educação Especial: Tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

KALOUSTIAN, S. M.(org). Família brasileira, a base de tudo. Brasília: UNICEF 1988.

MENESES, S. G.; DECHICHI, C. Educação infantil, trajetória rumo á inclusão. V Seminário Nacional de Educação Especial. 2010. Acesso em: 20 de Junho de 2017.

MENIN, S. R. Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – IDEAU, Vol. 5 – Nº 12 - Julho - Dezembro 2010 Semestral. Histórico do Surgimento da Educação Infantil.

MIRANDA, A. A. B. História, deficiência e educação especial. Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado: A Prática Pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental, Unimep, 2003. Acesso em 20 de junho de 2017.

MOUSSATCHÉ, A. H. (1997). Diversidade e processo de integração. Em M. T. E. Mantoan (Org.), *A integração de pessoas com deficiência* (pp. 10-12) São Paulo: Memnon: SENAC. Acesso em 20 de junho de 2017.

RAMALHO, M. N. **A inclusão de alunos com deficiência na UEPB: uma avaliação do Programa de Tutoria Especial.** 2012. 172 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, F. R. L. *Educação Inclusiva: Um estudo sobre o processo de inclusão escolar na rede municipal de ensino de Campina Grande- Uma análise crítica*, acesso em 17 de junho de 2017.

(Semtec). **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC/Semtec, 1999.** MEC/Semtec, 1999.

TERESA, M. E. M. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**, Maria Teresa Eglér Mantoan, 96 págs., Ed. Moderna.

UREL, R. C. C. Dossiê Temático, infância e escolarização, educação inclusiva na educação infantil, 16 de dezembro de 2011.

VITTA, M. C. Políticas públicas para a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais na rede de ensino. Breve análise das propostas nacionais. 2011.

